



**CIDADE DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS
SETOR DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**

Rua Dr. Siqueira Campos, 176 – 5º andar – Liberdade – CEP 01509-020
EXTRATO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 535/2024-SMS.G
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6018.2024/0018703-9
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90297/2024/SMS.G
ORGÃO GESTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
DETENTORA: POLAR FIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS
HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 02.881.877/0001-64
OBJETO: ATADURA, GESSADA: 10 CM X 300 CM; 15 CM X 300 CM; 20 CM
X 400 CM; ATADURA, RAYON, ESTERIL, 7,5 CM X 20 CM; 20 CM X 25M
VIGÊNCIA: 03/07/2024 A 03/07/2025**

**Item 01 – ATADURA, GESSADA, 10 CM X 300 CM
R\$ 1,39/UN
MARCA: POLAR FIX
FABRICANTE: POLAR FIX
EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: CX C/ 20UN
REGISTRO NO M.S: 8003400035
PROCEDENCIA: NACIONAL
Código Supri: 11.065.003.010.0001-2**

**Item 02 – ATADURA, GESSADA, 15 CM X 300 CM
R\$ 2,27/UN
MARCA: POLAR FIX
FABRICANTE: POLAR FIX
EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: CX C/ 20UN
REGISTRO NO M.S: 8003400035
PROCEDENCIA: NACIONAL
Código Supri: 11.065.003.010.0067-5**

**Item 03 – ATADURA, GESSADA, 20 CM X 400 CM
R\$ 3,78/UN
MARCA: POLAR FIX
FABRICANTE: POLAR FIX
EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: CX C/ 20UN
REGISTRO NO M.S: 8003400035
PROCEDENCIA: NACIONAL
Código Supri: 11.065.003.010.6065-1**

Item 04 – ATADURA, RAYON, ESTERIL, 7,5 CM X 20 CM
R\$ 0,99/UN
MARCA: POLAR FIX
FABRICANTE: POLAR FIX
EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: CX C/ 700UN
REGISTRO NO M.S: 8003400035
PROCEDENCIA: NACIONAL
Código Supri: 11.065.003.007.0019-3

Item 06 – MALHA TUBULAR, 20,0 CM X 25 M
R\$ 24,00/UN
MARCA: POLAR FIX
FABRICANTE: POLAR FIX
EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: CX C/ 10UN
REGISTRO NO M.S: 8003400035
PROCEDENCIA: NACIONAL
Código Supri: 11.065.003.010.1650-4

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO:

UNIDADES	MENSAL					ANUAL				
	ITEM 01	ITEM 02	ITEM 03	ITEM 04	ITEM 06	ITEM 01	ITEM 02	ITEM 03	ITEM 04	ITEM 06
REDE HOSPITALAR	2.580	3.840	1.776	0	72	30.960	46.080	21.312	0	864
ATENÇÃO BÁSICA	1.736	2.031	1.288	25.084	218	20.832	24.372	15.456	301.008	2.616
COVISA	0	0	0	0	1	0	0	0	0	12
HMEC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
HSPM	300	200	50	2.000	50	3.600	2.400	600	24.000	600
SVMA	5	5	5	100	4	60	60	60	1.200	48
TOTAL GERAL	4.621	6.076	3.119	27.184	345	55.452	72.912	37.428	326.208	4.140

DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME PUBLICAÇÃO NO DOC/SP DE 11/07/2024.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS
SETOR DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
Rua Dr. Siqueira Campos nº 176, 5º andar, Liberdade – CEP 01509-020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 535/2024-SMS.G
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6018.2024/0018703-9
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90297/2024/SMS.G

Aos 03 dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e quatro, no Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, situado na Rua Dr. Siqueira Campos nº 176, 5º andar, Liberdade – São Paulo/SP, de um lado, a **PREFEITURA DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, neste ato representada pela Diretora da Divisão de Suprimentos, senhora **IZIS ZUMYARA MIRVANA D'AMICO**, por força da delegação conferida pela Portaria nº 890/13-SMS.G, de 30 de maio de 2013, doravante designada, simplesmente, **SMS**, e, de outro, a empresa **POLAR FIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, CNPJ nº **02.881.877/0001-64**, com sede na Rua Ruzzi, 607, Sertãozinho, Mauá/SP, cep 09370-850, telefone (11) 4512-8626/ 8600/ 8601, e-mail licitacao@polarfix.com.br, pregao1@polarfix.com.br, pregao2@polarfix.com.br, vencedora e adjudicatária do PREGÃO ELETRÔNICO suprarreferido, neste ato representada pelo seu procurador, senhor **Marcos Barreto**, RG nº 23.977.236-2, CPF nº 180.191.928-32, Gerente Comercial, doravante denominada, simplesmente, **DETENTORA**, face o despacho proferido no **processo nº 6018.2024/0018703-9**, publicado no DOC/SP de 21/06/2024, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar o(s) preço(s) do(s) material(s) discriminado(s) na cláusula primeira, em conformidade com os termos do Edital do Pregão e seus Anexos e a proposta da DETENTORA, que integram o presente instrumento para todos os efeitos legais, bem como as seguintes cláusulas

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto desta Ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE ATADURA, GESSADA: 10 CM X 300 CM; 15 CM X 300 CM; 20 CM X 400 CM; ATADURA, RAYON, ESTERIL, 7,5 CM X 20 CM; 20 CM X 25M**; descritos e especificados no Anexo I do Edital do **Pregão nº 90297/2024/SMS**, cujos termos são parte integrantes deste instrumento, nas condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O(s) preço(s) registrado(s) nesta Ata refere(m)-se ao(s) seguinte(s) item(ns):

Item 01 – ATADURA, GESSADA, 10 CM X 300 CM

R\$ 1,39/UN

MARCA: POLAR FIX

FABRICANTE: POLAR FIX

EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: CX C/ 20UN

REGISTRO NO M.S: 8003400035

PROCEDENCIA: NACIONAL

Código Supri: 11.065.003.010.0001-2

Item 02 – ATADURA, GESSADA, 15 CM X 300 CM

R\$ 2,27/UN

MARCA: POLAR FIX

FABRICANTE: POLAR FIX

EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: CX C/ 20UN

REGISTRO NO M.S: 8003400035

PROCEDENCIA: NACIONAL

Código Supri: 11.065.003.010.0067-5

Item 03 – ATADURA, GESSADA, 20 CM X 400 CM

R\$ 3,78/UN

MARCA: POLAR FIX

FABRICANTE: POLAR FIX

EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: CX C/ 20UN

REGISTRO NO M.S: 8003400035

PROCEDENCIA: NACIONAL

Código Supri: 11.065.003.010.6065-1

Item 04 – ATADURA, RAYON, ESTERIL, 7,5 CM X 20 CM

R\$ 0,99/UN

MARCA: POLAR FIX

FABRICANTE: POLAR FIX

EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: CX C/ 700UN

REGISTRO NO M.S: 8003400035

PROCEDENCIA: NACIONAL

Código Supri: 11.065.003.007.0019-3

Item 06 – MALHA TUBULAR, 20,0 CM X 25 M

R\$ 24,00/UN

MARCA: POLAR FIX

FABRICANTE: POLAR FIX

EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: CX C/ 10UN

REGISTRO NO M.S: 8003400035

PROCEDENCIA: NACIONAL

Código Supri: 11.065.003.010.1650-4

2.1 O preço a ser pago pelo fornecimento realizado será aquele registrado neste instrumento, independentemente da data da entrega do objeto.

2.2 O preço registrado compreenderá todos os custos necessários à execução do objeto desta Ata de Registro de Preço, incluso frete até os locais de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇO

- 3.1. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data base fixada na Ata de Registro de Preços.
- 3.2. Os preços registrados poderão ser adequados pela Comissão de Revisão de Preços e Pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro nos termos da Portaria 083/2023/SMS.G, em função da dinâmica do mercado, com elevação ou redução de seu respectivo valor.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

- 4.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, prorrogável por até igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Municipal nº 62.100/22, mediante o cumprimento satisfatório das obrigações da Detentora, bem como aferição de vantagem técnica/econômica mediante pesquisa mercadológica.
- 4.1.1. O atendimento do item 4.1, nas hipóteses em que os contratos decorrentes da utilização de Ata de RP onerarem dotação orçamentária referente à transferência de recursos de outro ente federativo, fica condicionada à observação da legislação do respectivo órgão.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA

- 5.1. O consumo médio estimado dos materiais, cujos preços são registrados nesta Ata, está distribuído, pela ordem, entre as seguintes unidades requisitantes:

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO:

UNIDADES	MENSAL					ANUAL				
	ITEM 01	ITEM 02	ITEM 03	ITEM 04	ITEM 06	ITEM 01	ITEM 02	ITEM 03	ITEM 04	ITEM 06
REDE HOSPITALAR	2.580	3.840	1.776	0	72	30.960	46.080	21.312	0	864
ATENÇÃO BÁSICA	1.736	2.031	1.288	25.084	218	20.832	24.372	15.456	301.008	2.616
COVISA	0	0	0	0	1	0	0	0	0	12
HMEC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
HSPM	300	200	50	2.000	50	3.600	2.400	600	24.000	600
SVMA	5	5	5	100	4	60	60	60	1.200	48
TOTAL GERAL	4.621	6.076	3.119	27.184	345	55.452	72.912	37.428	326.208	4.140

- 5.2 Os materiais deverão ser entregues pela DETENTORA nos seguintes endereços:

UNIDADE	UNIDADE DEPOSITANTE	ENDEREÇO	TELEFONES (011)
---------	---------------------	----------	-----------------

CDMEC	ATENÇÃO BÁSICA	Avenida Jaguaré, 818	3572-1752 3572-1704 3768-4797
REDE HOSPITALAR	REDE HOSPITALAR	Avenida Jaguaré, 818	3572-1752 3572-1704 3768-4797
COVISA	COVISA	Avenida Jaguaré, 818	3572-1752 3572-1704 3768-4797
HMEC	HMME DR. MÁRIO DE MORAES A. DA SILVA	AV. Dep. Emílio Carlos, 3100 CEP 02720-200	3986-1120 3389-1085
HSPM	HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	R. Apeninos, 44 – CEP 01533-000 Rua. Castro Alves, 60 – CEP 01532-900	3397-8074 3209-1229 3397-7721
SVMA	SECRETARIA DO VERDE E MEIO AMBIENTE	Parque Anhanguera (CEMACAS) Avenida Fortunata Tadiello Natucci, altura nº 300 Estrada de Perus, 268 - Anhanguera	3917-8873 3885-6669

5.3 A presente Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações de que dela poderão avir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, devidamente justificada, sendo assegurada à DETENTORA a preferência em igualdade de condições.

5.3.1 As unidades requisitantes deverão certificar-se da conveniência de utilizarem a presente ata de registro de preço, realizando prévia pesquisa dos preços correntes no mercado para fornecimento do produto, nas mesmas condições previstas neste instrumento.

5.4 O contrato de fornecimento, apenas estará caracterizado após o recebimento pela DETENTORA das ordens de fornecimento, emitidas pelas unidades requisitantes, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente nota de empenho após a publicação do despacho autorizatório no D.O.C.

5.4.1 Quando cabível a lavratura de termo de contrato, a DETENTORA deverá passar recibo na cópia, enviada via e-mail, que necessariamente lhe acompanhará, devolvendo-a também através de e-mail, no prazo de 03 (três) dias úteis, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos.

5.5 A entrega da nota de empenho e a assinatura do termo contratual (quando este for exigível) ficarão condicionadas à apresentação, pela DETENTORA, dos seguintes documentos, devidamente atualizados:

5.5.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

5.5.2 Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

5.5.3 Comprovação da inexistência de registro em nome da empresa junto ao CADIN – Cadastro Informativo Municipal.

- 5.6 Caso necessário, a DETENTORA deve atualizar suas informações no cadastro de credores do município em tempo hábil para emissão da Nota de Empenho.
- 5.7 A requisição de compra e a ARP poderão ser canceladas e o fornecedor penalizado, em caso de demora na atualização da documentação ou na regularização de qualquer situação impeditiva à realização da compra.
- 5.7.1 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.7.1.1 Na hipótese de complementação, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 5.8 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da fatura ou de documento equivalente, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante termo de recebimento definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.
- 5.9 O recebimento do material pelo órgão requisitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do produto verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão requisitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.
- 5.10 As embalagens deverão ser acondicionadas conforme praxe do fabricante, trazendo impressa a indicação quantitativa, qualitativa, número de lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 5.11 Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega somente serão analisados pela Administração caso sejam requeridos até a data final prevista para a entrega e desde que estejam instruídos com as devidas justificativas e comprovação.
- 5.11.1 Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas anteriormente serão indeferidos de pronto.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data final do adimplemento de cada fornecimento.
- 6.2 Em havendo atraso no pagamento, por culpa exclusiva da SMS, os valores devidos serão acrescidos da respectiva compensação financeira, mediante requerimento expresso da DETENTORA, nos termos da Portaria SF nº 05 de 05 de janeiro de 2012.

- 6.2.1 Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o subitem 6.2, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.
- 6.3 Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá submeter à unidade requisitante a competente nota fiscal, acompanhada, cópia reprográfica da nota de empenho e da respectiva ordem de fornecimento.
- 6.3.1 Nas hipóteses em que a DETENTORA deva proceder a ajustes da documentação necessária ao pagamento, o prazo será interrompido e reiniciará a partir da data em que se der a regularização.
- 6.4 O pagamento será retido se houver pendências no CADIN.
- 6.5 Estando em termos a documentação apresentada, o pagamento devido será depositado na conta corrente que a DETENTORA deverá manter no BANCO DO BRASIL, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197, de 22 de janeiro de 2010.
- 6.5.1 Em sendo a unidade requisitante entidade autárquica, a forma de pagamento será a eleita pela administração indireta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 7.1 A DETENTORA responsabilizar-se-á por todos os prejuízos que porventura ocasione a SMS ou a terceiros, em razão da execução dos fornecimentos decorrentes da presente Ata.
- 7.2 Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos **2/3 (dois terços)** do prazo de validade total. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das Atas de Registro de Preços – Divisão de Suprimentos / SMS-3, a Secretaria poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos materiais no período de validade.
- 7.3 A DETENTORA estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, ainda que o fornecimento decorrente esteja previsto para ocorrer após o término de sua vigência.
- 7.4 A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais.

- 7.5 A DETENTORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.
- 7.6 A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.
- 7.7 A DETENTORA deverá comunicar a SMS.3/Setor de Atas toda e qualquer alteração nos seus dados cadastrais, para atualização.
- 7.8 DETENTORA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter, durante o prazo de vigência da presente Ata e dos respectivos contratos, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração deste ajuste.
- 7.9 Em caso de suspeita de desvio de qualidade ou suspeita de irregularidade o fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratórios de controle de qualidade acreditados junto ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) ou INMETRO ou Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) em nome do Fabricante ou do Detentor do registro do produto na ANVISA. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 8.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
- a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
 - b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.
- 8.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:
- a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
 - b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

8.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

8.3 À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 8.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

8.4 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

8.4.1 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

8.4.2 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

8.4.3 Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do material não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.

8.4.4 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.

8.4.5 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.

8.4.6 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

8.5 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

8.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à SMS-3 - Diretoria de Suprimentos, Rua Dr. Siqueira Campos nº 176, 5º andar, Liberdade – São Paulo/SP, e protocolizado nos dias úteis, das 08h00 às 17h00.

8.6.1 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

8.6.2 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

8.7 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021

8.8 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA PRESENTE ATA

9.1 A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada, de pleno direito, pela SMS, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a DETENTORA:

- 9.1.1 Descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;
- 9.1.2 Não firmar os contratos de fornecimentos ou deixar de dar recebimento à nota de empenho e ordem de fornecimento nos prazos previstos;
- 9.1.3 Não aceitar reduzir o preço registrado na hipótese deste tornar-se superior aos praticados no mercado;
- 9.1.4 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
- 9.1.5 Deixar de possuir qualquer das condições de habilitação e ou de participação exigidas na licitação;
- 9.1.6 Der causa à rescisão administrativa dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.

9.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.

9.3 Esta Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida nas hipóteses de rescisão dos contratos em geral, com as consequências legalmente previstas.

- 9.3.1 A Ata de Registro de Preço também poderá ser rescindida na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho

nas condições aludidas no §1º, do art. 1º da Lei municipal nº 15.944/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

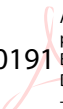
- 10.1 Para a execução desta Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
- 10.2 Fica eleito o foro da comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E por estarem de acordo, as partes Contratantes, foi por mim, Marilia Fernanda Costa, lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.

**IZIS ZUMYARA MIRVANA DAMICO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

DETENTORA:

MARCOS
BARRETO:180191
92832



Assinado de forma digital
por MARCOS
BARRETO:18019192832
Dados: 2024.07.04 17:57:00
-03'00'

POLAR FIX IND. E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Nome: Marcos Barreto
RG: 23.977.236-2
CPF: 180.191.928-32

Testemunhas:

1) Nome: Marilia Fernanda Costa
R.G: 26.398.100

2) Nome: Rosilda Gonçalves Brum
R.G: 21.200.582.0

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE ATADURA, GESSADA:
10 CM X 300 CM; 15 CM X 300 CM; 20 CM X 400 CM; ATADURA, RAYON,
ESTERIL, 7,5 CM X 20 CM; 20 CM X 25M;**

ITEM 01 – ATADURA, GESSADA, 10 CM X 300 CM

Atadura gessada, medindo 10 cm de largura X 300 cm de comprimento, podendo ter variação de (+/- 5%), na cor branca, confeccionada em substrato têxtil de tecido plano ou malha ou material compatível, recoberto por colóide à base de gesso, não prejudicial à saúde, distribuído uniformemente, enrolada em eixo suporte em forma contínua e uniforme. O produto deve ser isento de manchas, impurezas, fios soltos, rasgos, rebarbas ou defeitos que prejudiquem o uso; deve ainda, absorver água de maneira uniforme de modo a facilitar a moldagem e não ocorrer desprendimento de gesso. O tempo de endurecimento deve ser de no máximo 7 minutos. Em conformidade com a ABNT NBR 14852:2017.

Código Supri: 11.065.003.010.0001-2

ITEM 02 – ATADURA, GESSADA, 15 CM X 300 CM

Atadura gessada, medindo 15 cm de largura X 300 cm de comprimento, podendo ter variação de (+/- 5%), na cor branca, confeccionada em substrato têxtil de tecido plano ou malha ou material compatível, recoberto por colóide à base de gesso, não prejudicial à saúde, distribuído uniformemente, enrolada em eixo suporte em forma contínua e uniforme. O produto deve ser isento de manchas, impurezas, fios soltos, rasgos, rebarbas ou defeitos que prejudiquem o uso; deve ainda, absorver água de maneira uniforme de modo a facilitar a moldagem e não ocorrer desprendimento de gesso. O tempo de endurecimento deve ser de no máximo 7 minutos. Em conformidade com a ABNT NBR 14852:2017.

Código Supri: 11.065.003.010.0067-5

ITEM 03 – ATADURA, GESSADA, 20 CM X 400 CM

Atadura gessada, medindo 20 cm de largura X 400 cm de comprimento, podendo ter variação de (+/- 5%), na cor branca, confeccionada em substrato têxtil de tecido plano ou malha ou material compatível, recoberto por colóide à base de gesso, não prejudicial à saúde, distribuído uniformemente, enrolada em eixo suporte em forma contínua e uniforme. O produto deve ser isento de manchas, impurezas, fios soltos, rasgos, rebarbas ou defeitos que prejudiquem o uso; deve ainda, absorver água de maneira uniforme de modo a facilitar a moldagem e não ocorrer desprendimento de gesso. O tempo de endurecimento deve ser de no máximo 7 minutos. Em conformidade com a ABNT NBR 14852:2017.

Código Supri: 11.065.003.010.6065-1

ITEM 04 – ATADURA, RAYON, ESTERIL, 7,5 CM X 20 CM

Atadura de rayon confeccionada em fibras 100% rayon ou viscose, medindo 7,5 cm de largura por 20 cm de comprimento, com bordas, uso único, estéril, sem manchas, impurezas, fiapos, fios soltos, rasgos, furos, sem substâncias estranhas, dobrada de maneira uniforme.

Código Supri: 11.065.003.007.0019-3

ITEM 06 – MALHA TUBULAR, 20,0 CM X 25 M

Malha tubular, confeccionada em tecido de malha, 100% algodão, hipoalergênico, com elasticidade no sentido transversal, enrolada de maneira uniforme, sem fios soltos, sem emendas, sem furos ou falhas na trama e livre de impurezas ou manchas, medindo aproximadamente 20,0 cm de largura por 25 m de comprimento, com tolerância na variação de (+/- 10%), peso de no mínimo 600 gramas.

Código Supri: 11.065.003.010.1650-4

EMBALAGEM

• PARA OS ITENS 1, 2 e 3

1. O produto deverá ser embalado individualmente, reembalado de acordo com a praxe do fabricante e rotulado conforme a legislação em vigor.
2. Deverá constar na embalagem nome e CNPJ do fabricante ou distribuidor, procedência, nº do lote, data de fabricação e ou validade, nº do Registro no Ministério da Saúde.
3. Especificar claramente a quantidade de unidades por embalagem ofertada.

• PARA O ITEM 04

1. O produto deverá ser embalado individualmente, reembalado de acordo com a praxe do fabricante e rotulado conforme a legislação em vigor.
2. Deverá constar na embalagem nome e CNPJ do fabricante ou distribuidor, procedência, nº do lote, data de fabricação e ou validade, nº do Registro no Ministério da Saúde.
3. Especificar claramente a quantidade de unidades por embalagem ofertada.
4. O produto deve ser embalado em envelope individual com 01 unidade.
5. O produto deverá ser acondicionado de acordo com as normas de embalagens e esterilização, garantindo abertura e transferência com técnica asséptica.
6. Deverá constar na embalagem método e data de esterilização e prazo de validade.

• PARA O ITEM 06

1. O produto deverá ser embalado individualmente, reembalado de acordo com a praxe do fabricante e rotulado conforme a legislação em vigor.
2. Deverá constar na embalagem nome e CNPJ do fabricante ou distribuidor, procedência, nº do lote, data de fabricação e ou validade, nº do Registro no Ministério da Saúde, indicação de peso e medida.
3. Especificar claramente a quantidade de unidades por embalagem ofertada.

CONDIÇÕES GERAIS:

1. Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos 2/3 (dois terços) do prazo de validade total. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das Atas de Registro de Preços – Divisão de Suprimentos / SMS-3, a Secretaria poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos medicamentos no período de validade.
2. Em caso de suspeita de desvio de qualidade ou suspeita de irregularidade o fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratórios de controle de qualidade acreditados junto ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) ou INMETRO ou Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) em nome do Fabricante ou do Detentor do registro do produto na ANVISA. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado for desfavorável, ou seja, diferente das

especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais.

3. Nas notas fiscais deverão constar todos os números de lotes correspondentes às entregas, bem como a marca e nome do fabricante.
4. Os produtos deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.
5. O produto deverá ter garantia contra defeitos de fabricação.
6. Declarar marca fabricante e procedência do produto ofertado.
7. Fornecer o produto de primeira qualidade (1ª linha do fabricante).
8. O prazo máximo para entrega do produto será de **10 (dez) dias úteis**, contados da data do recebimento pela DETENTORA de cada ordem de fornecimento.

LOCAIS PARA ENTREGA

UNIDADE	UNIDADE DEPOSITANTE	ENDEREÇO	TELEFONES (011)
CDMEC	ATENÇÃO BÁSICA	Avenida Jaguaré, 818	3572-1752 3572-1704 3768-4797
REDE HOSPITALAR	REDE HOSPITALAR	Avenida Jaguaré, 818	3572-1752 3572-1704 3768-4797
COVISA	COVISA	Avenida Jaguaré, 818	3572-1752 3572-1704 3768-4797
HMEC	HMME DR. MÁRIO DE MORAES A. DA SILVA	AV. Dep. Emílio Carlos, 3100 CEP 02720-200	3986-1120 3389-1085
HSPM	HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	R. Apeninos, 44 – CEP 01533-000 Rua. Castro Alves, 60 – CEP 01532-900	3397-8074 3209-1229 3397-7721
SVMA	SECRETARIA DO VERDE E MEIO AMBIENTE	Parque Anhanguera (CEMACAS) Avenida Fortunata Tadiello Natucci, altura nº 300 Estrada de Perus, 268 - Anhanguera	3917-8873 3885-6669

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO:

UNIDADES	MENSAL					ANUAL				
	ITEM 01	ITEM 02	ITEM 03	ITEM 04	ITEM 06	ITEM 01	ITEM 02	ITEM 03	ITEM 04	ITEM 06
REDE HOSPITALAR	2.580	3.840	1.776	0	72	30.960	46.080	21.312	0	864
ATENÇÃO BÁSICA	1.736	2.031	1.288	25.084	218	20.832	24.372	15.456	301.008	2.616
COVISA	0	0	0	0	1	0	0	0	0	12
HMEC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
HSPM	300	200	50	2.000	50	3.600	2.400	600	24.000	600
SVMA	5	5	5	100	4	60	60	60	1.200	48
TOTAL GERAL	4.621	6.076	3.119	27.184	345	55.452	72.912	37.428	326.208	4.140

CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL - CADIN

Comprovante de Inexistência de Registros

Não foram encontradas pendências inscritas no Cadastro Informativo Municipal – CADIN para Pessoa Jurídica abaixo qualificada na data e hora indicada:

CNPJ Raiz: **02.881.877/0000-00**

Data: **02/07/2024**

Razão Social: **POLAR FIX INDUSTRIA E COMERCIO DE
PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Hora: **16:26:49**

Número de Controle: **2024-0702-0201-7760**

Artigo 7º da Lei Municipal nº 14.094, de 06 de dezembro de 2005: "A inexistência de registro no CADIN MUNICIPAL não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem elide a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto e demais atos normativos."

Este comprovante é expedido gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada no Portal CADIN da Secretaria Municipal Fazenda do Município de São Paulo, no endereço:
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cadin/> por meio do código: 2024-0702-0201-7760.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: POLAR FIX INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 02.881.877/0001-64

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:07:13 do dia 01/04/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/09/2024.

Código de controle da certidão: **B685.8D54.0FD4.9AF4**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.881.877/0001-64

Razão

Social:

POLAR FIX INDUSTRIA E COM DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Endereço:

R RUZZI 607 / SERTAOZINHO / MAUA / SP / 09370-850

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/06/2024 a 27/07/2024

Certificação Número: 2024062818200931309872

Informação obtida em 03/07/2024 10:30:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br